

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT05.003](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT05.003)

# A NOÇÃO DE QUALIDADE EM EDUCAÇÃO NA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

## Jociene Araújo Lima

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Mestranda pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) [jociene.araujo@aluno.uece.br](mailto:jociene.araujo@aluno.uece.br);

## Maria de Fatima Oliveira Santos

Graduada em Educação Física pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Mestranda pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), da Universidade Estadual do Ceará (UECE); [fatima.santos@aluno.uece.br](mailto:fatima.santos@aluno.uece.br)

## Antônia Solange Pinheiro Xerez

Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho, professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e professora do mestrado acadêmico (MAIE) da UECE. [antonia.xerez@uece.br](mailto:antonia.xerez@uece.br)

## Maria Das Dores Mendes Segundo

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; Pós-Doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da UECE, [mariadores.segundo@uece.br](mailto:mariadores.segundo@uece.br)

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a concepção e/ou noção de qualidade da educação brasileira, sob o ideário neoliberal do capital em crise estrutural, abordada pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE). Assim sendo, conforme a perspectiva marxista, pautado, principalmente, nas discussões de Mészáros (2002), Tuão (2017), Duarte (2016), Young (2007) Saviani (2011) e Chaves (2019), o estudo parte de uma pesquisa documental e bibliográfica; rastreamos a construção

conceitual e prática de qualidade da educação defendidos nos documentos publicados pela CNDE, com cerne no último lançado, intitulado: *"Quanto custa a educação pública de Qualidade no Brasil?"* (2018). Em linhas gerais, asseveramos que a CNDE expressa força política e notoriedade na construção das políticas públicas educacionais brasileiras, embora se contraponha a falta de qualidade na educação, não consegue se contrapor a concepção empresarial imposta e articulada às recomendações dos organismos internacionais que, sobremaneira, ajusta a formação da classe trabalhadora aos interesses do mercado de trabalho; imprimindo as noções de competências, flexibilidade, consenso e adaptação à lógica mercadológica e concorrencial do capital em crise estrutural e humanitária.

**Palavras-chave:** Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Qualidade da educação, Parcerias internacionais e empresariais.

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira, desde os anos 1990, sob as recomendações dos organismos internacionais, sobretudo, o Banco Mundial, tem suas políticas educacionais voltadas para atender as metas dos Programas de Educação para Todos (EPT), que, embora se apresente para solucionar questões relativas ao acesso e qualidade da educação nos países pobres, estão articuladas ao grande capital em sua crise estrutural.

Recorrendo à tese de Istvan Mészáros (2002), de que vivenciamos um processo de crise estrutural e intrínseco à dinâmica do capitalismo, resultando em um processo expansionista e ilimitado do modo societal do capital; em detrimento às necessidades humanas, acentuado, por esta via, o desemprego em massa, a destruição da natureza e a precarização do trabalho. Como estratégia para reverter a queda tendencial das taxas de lucros, o grande capital em crise aciona outros complexos sociais, dentre eles, a educação, com o propósito de formar um trabalhador consensual e proativo, em prol do chamado desenvolvimento sustentável da economia.

Diante deste cenário de destrutividade das forças produtivas, o planeta foi atingido por uma grave crise humanitária, no final de 2019, em decorrência da Pandemia da Covid-19 e guerras; paralelamente, presenciamos o retorno do ideário ultraliberal e conservador, em âmbito mundial. No Brasil, a situação foi agravada pela política ultrarreacionária do atual governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) que, em meio a milhares de mortes e vítimas da Covid-19<sup>1</sup>, ao desemprego crônico acentuado pela pandemia<sup>2</sup> e a expansão da miséria, ocorre cortes e redução de investimentos na educação pública, aprofundando o processo de mercantilização da educação no Brasil.

Diante deste contexto, o complexo da educação, responsável pela formação da classe trabalhadora, é compelido a adotar,

1 Total de casos de COVID confirmados até 2022 são 32.940.507 acumulados; óbitos 673.750; incidências 15675,0 e mortalidade/100mil hab. é de 320,6. Atualizado em 11/07/2022 às 17:33. Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>

2 O número de desempregados da população brasileira é de 11,9 milhões no 1º trimestre de 2022. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

absolutamente, a árdua missão de salvaguardar a ordem societal do capital, cuja existência se encontra ameaçada pelas próprias contradições estruturais entre seus fatores de produção: capital e trabalho.

Isto posto, o Estado capitalista busca atender aos interesses do capital, implementando reformas institucionais. Todavia, embora dentro dos limites do capital, algumas vozes se propunham a defender a educação de qualidade para que o país venha a ter um alicerce capaz de superar as desigualdades sociais.

Nesse sentido, vincula-se o problema histórico de dualidade na educação brasileira, entidades públicas e privadas operacionais a um discurso da busca por a qualidade na educação. Dentre estas organizações da sociedade civil que tem se preocupado com a educação de qualidade, destacamos para este estudo o papel da CNDE.

Em 1999, foi criada a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), incentivada por um conjunto de organizações da sociedade civil que participaria da Cúpula Mundial de Educação em Dakar (Senegal), no ano 2000. O objetivo desta Campanha era reunir e somar diferentes forças políticas para priorizar ações de mobilização, em favor da defesa e promoção dos direitos educacionais. De acordo com o site oficial, a CNDE é da mesma rede que fundou a Campanha Global pela Educação (CGE), a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (Clade) e a Rede Lusófona pelo Direito à Educação (ReLus).

A CNDE é, portanto, um órgão de grande poder político quando o assunto é a criação de política pública brasileira, principalmente no âmbito da qualidade da educação; buscando implementar discussões na sociedade civil para garantia da qualidade da educação através do financiamento por aluno, vislumbrando um programa Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi); propostas impostas nas leis educacionais brasileiras. Desse modo, as prescrições da CNDE têm se destacado nesta esfera em prol da qualidade da educação, dentro das políticas e reformas na educação. Conforme já dito, a CNDE foi criada em outubro de 1999 no contexto de avaliação das metas de Jomtien (1990-2000) e discussão de início das metas de Dakar (2000-2015), tendo como fundadores um grupo de organizações da sociedade civil, não-governamental.

A CNDE, neste cenário, apresenta como eixo basilar a atuação em parcerias público-privada que transformasse os rumos das políticas no campo educacional e atendessem os princípios da EPT.

Segundo a CNDE (2022), a falta de qualidade é um problema que atinge a escola brasileira desde a sua origem. Relatos de educadores e registros históricos da área mostram que no início da República no Brasil, em fins do século XIX, já se registravam desafios que ainda hoje estão presentes na educação básica pública brasileira, como a falta de condições materiais adequadas nas escolas, a problemática da precariedade da formação de professores e a pouca valorização da profissão. Porém, não podemos deixar de refletir criticamente que através do discurso da CNDE de buscar como prioridade “o direito a todos à educação”, que segundo Neves (2010), são direitos pautados nos documentos internacionais, a CNDE vem defendendo os interesses internacionais e particulares nas políticas públicas do Brasil, onde a educação é pensada para atender a uma demanda capitalista, que atua como fonte para adequação de todos na esfera mercantil de produção.

Diante disso, cabe a nós questionar: quais as necessidades da educação para se ter de fato uma educação de qualidade? Qual a convicção de qualidade tem sido defendida para as políticas públicas brasileiras através da CNDE?

Nesta direção, o presente trabalho, de cunho documental e bibliográfica, busca responder estas questões, analisando a construção conceitual de qualidade da educação nos documentos publicados no site da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE), com o cerne no documento intitulado: *Quanto custa a educação pública de Qualidade no Brasil?* (2018). O aporte teórico do estudo está pautado na perspectiva marxista e meszariana, seus interpretes e teóricos da educação e especificamente da qualidade da educação, tais como: Tuão (2017), Duarte (2016), Young (2007), Saviani (2011) e Chaves (2019).

Este trabalho está dividido em dois tópicos. No primeiro momento, falaremos sobre a natureza da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE) e sua articulação com as diretrizes internacionais capitalistas, enfatizando sua criação, e o papel dos comitês diretivos da CMDE na propagação das diretrizes de qualidade da educação dos setores internacionais. No segundo tópico,

iremos fazer uma análise sobre o conceito ou noção de educação de qualidade defendida através da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE).

## **A CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO E SUA SUBSERVIÊNCIA ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS INTERNACIONAIS A FAVOR DO CAPITAL**

Conforme já dito na introdução, a CNDE é uma organização da sociedade civil que tem se empenhado e alcançado nos últimos anos um papel funcional no rumo e na defesa de direitos mínimos para as políticas educacionais brasileiras. Atualmente, a CNDE conta com um patrocínio de instituições na esfera nacional e internacional, articulada a uma rede de muitos grupos ligados a comunidade escolar, como: grupos universitários, de professores, estudantis, além de vários movimentos sociais democráticos, como sindicatos, organizações governamentais e a sociedade civil em geral. Assim sendo, a CNDE se caracteriza por ser uma organização nacional, porém, desde a sua criação, se vincula com diversas organizações internacionais, com predominância as organizações não governamentais. No ato de criação da CNDE, três organizações não-governamentais assumiram o patrocínio inicial da Campanha, entre elas, duas dessas organizações são de âmbito internacional, como é o caso da ActionAid Brasil<sup>3</sup> e da Oxfam International<sup>4</sup> e a última é de âmbito nacional, a Ação Educativa<sup>5</sup>. A CNDE, na sua origem, apresentava

- 3 ActionAid, é uma organização internacional que diz atuar em prol da justiça social, alívio da pobreza e igualdade de gênero. Foi fundada em 1972 e está presente em 43 países, alcançando mais de 15 milhões de pessoas no mundo. Possui sede no Brasil desde 1999, trabalhando em parceria com comunidades e organizações locais em projetos vinculados a algumas áreas, dentre elas a educação.
- 4 Oxfam International foi fundada em 1963, no Canadá. A organização atualmente é uma confederação com cerca de 19 organizações, contando com mais de 3000 parceiros, que atua em torno de 100 países. Atua em prol da redução da pobreza e da desigualdade social. É responsável por organizar campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais para países pobres.
- 5 A ação Educativa é uma associação civil, fundada em 1994, que diz atuar com a finalidade de promover a garantia dos direitos humanos em vários campos, dentre eles a educação.

como objetivo buscar e atuar em parcerias para transformar os rumos das políticas educacionais brasileiras.

Segundo Tuão (2017) estas organizações desempenham um papel estratégico na CNDE; entre eles, organizam eventos realizados através da CNDE, divulgam e mobilizam os movimentos criados em consonância com a CNDE, a nível nacional e internacional, além de coordenarem as pautas de assuntos que serão discutidos nas reuniões sobre qualidade da educação. Neste contexto, essas ONGs trabalham com um discurso de busca da redução das desigualdades sociais e da pobreza no mundo por meio da educação, estabelecendo que a educação de qualidade pode vencer inúmeras barreiras conflituosas que o mundo vive na atualidade. Assim, através desse discurso percebe-se um grande elo de afinidade com a pauta política e econômica do Banco Mundial e de outras instâncias internacionais que trabalham em favor de reproduzir a acumulação capitalista através da responsabilização da educação. Essas organizações se pautam nas discussões de que a pobreza é um fator que foi decisivo na destruição de todas as instâncias da vida social, sendo a educação a estratégia mais eficiente para o alívio da pobreza e diminuição da desigualdade.

De acordo com Tuão (2017), as organizações como ActionAid e a Oxfam International, são as principais patrocinadoras internacionais na criação da CNDE, sendo elas responsáveis inclusive por sua finalidade inicial, que era ajudar a monitorar as metas posta em Dakar (2000)<sup>6</sup> para a educação brasileira. Essas organizações surgiram por volta de 1970 e chegaram ao Brasil de carona com a criação da Ação Educativa por volta da década de 1990. Ação educativa conta com várias linhas de atuação, que vão desde assessorias técnicas, prestações de informações, e o desenvolvimento de pesquisa para área educacional, hoje a CNDE conta com várias organizações de cunho neoliberal nacional dispendo por meio dessa parceria criado vínculos com as políticas brasileiras através também da CNDE. Além dessas três organizações, a CNDE possui o patrocínio de várias outras organizações internacionais que estavam

6 A conferência de Dakar aconteceu em 2000, contando com a participação da Cúpula Mundial de Educação, onde foram discutidos os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade.

ligadas a Oxfam International, como é o caso da Oxfam Novib e a Save The Children, agências internacionais que buscam unir vários grupos da sociedade civil de todo o mundo em busca de um objetivo comum. Neste sentido, podemos perceber que a apesar da CNDE justificar sua criação como uma organização de abrangência nacional e suas preocupações com problemática educacionais brasileiras, sua atuação tem como base a consonância aos esforços internacionais de seus parceiros (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 1999).

Sendo assim, é importante destacar que a CNDE possui um Comitê Diretivo Nacional e Regional, além de contar com articulação nacional, internacional e vários parceiros. O Comitê Diretivo é formado por 11 instituições: a Ação Educativa, Actionaid, Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e dos Adolescentes, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Esse comitê tem como função orientar seus comitês regionais em busca de mobilização social para a atuação de sua pauta para a educação, determinado pelos encontros nacionais, tendo como foco um segmento. (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2017).

A CNDE caracteriza esse comitê como um dos principais e mais importante dentro da organização, ele é responsável por engajar todos os grupos nacionais e internacionais para discutir o rumo da educação nacional em todas as esferas, contando com vários atores para isso. Um exemplo das principais atribuições defendidas pelo comitê diretivo nacional da CNDE é o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), pois além de ser um assunto prioritário nas reuniões entre os membros da CNDE, é a principal lei aprovada que mais representa os ideários de educação de qualidade e democrático para CNDE.

Os comitês Nacionais também se constituem com a função de organizar os comitês regionais que compõem a base social da CNDE em todo o Brasil. Os comitês Regionais são compostos por pequenos grupos estudantis, além de membros da sociedade civil

e política local em geral e de todos os 27 estados que constituem o Brasil. De forma geral, esses comitês possuem uma coordenação que pode ser composta por pessoas comuns que defendem os objetivos e interesses da CNDE para a política educacional brasileira. Sendo organizado pelos comitês nacionais que repassam para a equipe do respectivo Estado, depois da região mais especificamente. Cada estado com cidade possui um coordenador do grupo que fica responsável por organizar as reuniões, os movimentos e repasse de informações.

Atualmente, no *site* da CNDE é dado ênfase que a mesma não tem o controle de quantas pessoas, grupos ou comitês regionais fazem parte de sua parceria, isso porque se associam pessoas de todos os movimentos, porém, garante que todos os comitês que têm relação com seus objetivos educacionais carregam a bandeira de luta pelo direito à educação e busca por uma educação de qualidade. Além disso, a CNDE ressalta que seus objetivos e finalidades estão totalmente contra as formas de opressão do sistema capitalista, discordando piamente das políticas neoliberais e do cunho meritocrático que o Banco Mundial vem impondo à educação, como as inúmeras avaliações externas, o índice por rendimento escolar. Todavia, se refletirmos, mesmo a CNDE discordando, tem desde do seu surgimento o acompanhamento específico das recomendações educativas do Banco, sob a coordenação da Unesco.

A CNDE traz a parceria com os grupos do sistema das Organizações da Nações Unidas (ONU) em seu *site* e nas fichas catalográficas de vários documentos, essa agência usufrui do poder de associação com grupo ONU, como a UNESCO e UNICEF que são agências que têm financiado os eventos e as discussões da CNDE, fomentando a base material patrocinadora para a sua atuação em torno das políticas de educação no Brasil. Com esse viés patrocinador, essas instituições têm impulsionado alguns discursos que vêm sendo anexados na campanha, como a luta a favor da efetivação do PNE. Porém, é preciso refletir que a Unesco atualmente junto ao sistema ONU se comporta por ser organizações condicionadas aos ditames do Banco Mundial, isso se deve ao viés patrocinador que o Banco mundial reúne o poder de desenvolvimento dentro da Unesco e da ONU (PEREIRA, 2014).

Neste sentido, não é possível deixar de lado a importância de refletirmos a natureza da CNDE, possuindo parceiros como Unesco ligado ao Banco Mundial. Atualmente, a CNDE dá prioridade ao debate em torno da implementação e concretização do PNE. Porém, ao mesmo tempo que a CNDE argumenta que seu interesse pelo PNE é por ele ter sido um plano que dispõe de reflexões e mantém expresso os mínimos dos objetivos defendido para a educação com a sua aprovação, na Semana de Ação Mundial (2017). A CNDE argumenta que o PNE atual está totalmente enganchado com as metas da Agenda Global de Educação 2030, assim reflete-se que os objetivos da CNDE também se submetem as metas da Agenda Global 2030. A própria CNDE assumiu que participou da elaboração dos dois planos: o PNE e Agenda e que defendeu o mesmo texto em ambos os planos. O que a CNDE não assume que muitas das metas defendidas dentro do texto da agenda global de 2030 são voltadas para o favorecimento do capital e da visão neoliberal do Banco Mundial sobre seu projeto burguês para a política educacional.

Para além das críticas à subserviência da CNDE às diretrizes capitalistas de modo camuflado, a CNDE possui parceiros internacionais que não fazem esforços para expressar que trabalharão para manutenção e expansionismo da acumulação capitalista através da educação. Além de sua articulação com o sistema ONU, a Campanha também realiza uma série de articulações internacionais com várias ONGs, com o intuito de contribuir com o monitoramento da agenda internacional, que também é uma prioridade da CNDE na excursão da política educacional brasileira. Dentre as ONGs que buscam o cumprimento das diretrizes internacionais no mundo, destacamos a Rede Lusófona pelo Direito à Educação (ReLus), sendo está uma participante da criação da CNDE; além deles a CNDE integra o Grupo Facilitador do Consórcio Global sobre Privatização da Educação e Direitos Humanos (*Privatisation in Education and Human Rights Consortium* (PEHRC) e representa o Brasil no âmbito da rede *Country Liaisons da Association for Childhood Education International* (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2018). Por conta disso, integra, nacionalmente, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, GT Agenda 2030 como a Campanha Global Pela Educação (CGE) e a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (Clade). Além delas, a Campanha

Global (CGO) responsável por organizar no Brasil as Semanas de Ação Mundial (SAM), evento de cunho internacional organizado no Brasil por meio da CNDE, dando continuidade a este movimento internacional no Brasil.

A CLADE ultimamente é uma das principais instituições que apoia a flexibilização das propostas curriculares, da qual compreendemos que este tipo de parecer vai do encontro de uma política dualista que conta como objetivo apenas preparar o indivíduo para a nova ordem social “pós-industrial” (TUÃO, 2017). O centro do direito de aprender está fortalecido na ideia que o indivíduo precisa se adaptar à nova sociabilidade através da educação. Para Tuão (2017) a CLADE é uma organização que trabalha na mesma orientação e perspectiva que a CNDE e CGE, que são organizações que trabalham com um discurso de movimento sociais da sociedade civil em defesa do público, mas possui organização de agendas comuns com os interesses privados.

Segundo Tuão (2016), através do discurso da CNDE de buscar como prioridade “o direito a todos a educação”, que segundo Neves (2010), são direitos pautados nos documentos internacionais, a CNDE tem defendido os interesses internacionais e particulares nas políticas públicas do Brasil, onde a educação é pensada para atender a uma demanda capitalista que atua como fonte para adequação de todos na esfera mercantil de produção.

Entre muitos dos seus parceiros que atuam como financiadores e colaboradores da campanha, da qual enfatiza em seu site: o grupo Actionaid, Fundação Sm, Instituto C&A, Instituto Natura, ONU Mulheres, Open Society Foundations, Unesco, Unicef e Visão Mundial. Estas parcerias dentro da CNDE têm a função de disseminar e apoiar financeiramente o desenvolvimento dos projetos privados da campanha. Muitas dessas instituições são aparelhos privados de hegemonia que defendem uma cartilha de privatização e mercantilização da educação através da camuflagem da CNDE. Dessa forma, a CNDE se mostra contraditória em sua atuação, uma vez que defender o discurso de direito de todos à educação a busca para emancipação humana, porém seus apoiadores, organizadores e financiadores de seus projetos vão na contramão da defesa da educação pública, pautados no favorecimento do capital.

A CNDE hoje detém por meio do *marketing*, um *status* de organização nacional que luta de forma crítica contra as políticas neoliberais brasileira. De fato, podemos perceber ao longo dos anos que essa organização se apresenta como essencial na discussão dessas políticas, porém não podemos deixar de analisar que as políticas vinculadas a defesa do direito à educação defendidas rigorosamente por a campanha estão entrelaçadas a um discurso específico, particular, propagado pelos organismos internacionais.

A Campanha, no início do seu projeto contava com poucas participações, com a entrada de diversos organismos da sociedade civil como parceiras. Foi crescendo e ganhando destaque como disseminadora dos interesses das pessoas comuns, aumentando sua notoriedade e força política. Uma de suas estratégias usadas para alcançar esta grande notoriedade foi suas publicações que contêm fácil localização nas mídias digitais, como documentos, vídeos curtos bem interativos, textos em duas línguas e manuais em uma linguagem acessível a todos. Assim, vem divulgando, um discurso de defesa das políticas de educação, conforme os interesses da população civil. Todavia, sem deixar de seguir as precisões ditadas pelos organismos multilaterais e internacionais que atuam dentro da campanha como apoiadores de seus projetos, e tendo como principal objetivo adequar a educação ao alívio da pobreza e a acumulação do capital.

Dessa forma, CNDE justifica sua grande força política dentro da temática qualidade e do campo educativo, graças à sua metodologia inovadora, que há tem feito parte do poder público, o que lhe propicia poder de decisão, do contexto de influência de criação e implementação das políticas educacionais. Entretanto, ressaltamos que o poder de decisão da campanha na verdade vem das suas estratégias e união de interesse, do consenso entre os interesses sociedade civil, os interesses de seus patrocinadores e o poder público, provendo uma política que agrada a ambos os interesses. No próximo tópico, faremos uma análise da noção de qualidade da educação defendida na CNDE e através de sua articulação com este projeto de interesse múltiplo.

## ANÁLISE DA QUALIDADE DEFENDIDA NA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE)

A discussão em torno da importância da qualidade da educação pública é assunto presente em todas as reuniões da CNDE nos últimos anos. Porém, antes mesmo da Campanha se preocupar com isso, há uma área sólida no Brasil de busca relacionada ao direito à educação, uma vez que o direito à educação retém um forte elo com a discussão da qualidade da educação. Dessa forma, essa busca passou a ser uma luta constante durante os tempos coloniais no Brasil, quando João VI chegou ao país; avançou como um forte movimento antiescravista, também liderado pelo movimento popular que constituiu o início do movimento negro no Brasil, agindo contra um grande discurso no manifesto dos pioneiros da educação na década de 32 e no movimento de Florestan Fernandez em defesa da educação pública na década de 59 para defender a escola pública.

Assim, os dois grandes movimentos Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ambos no campo da Educação, manifestam em seus discursos a defesa de uma educação para todos, com condições adequadas, de oferta do ensino e de uma escola pública de qualidade; escola democrática, valorização dos profissionais da educação. Em paralelo a isso, concorrendo o campo do direito à educação, há um campo que reduz o direito à educação em questão de aprendizagem, que é o campo base do neoliberalismo. Podemos ver este discurso neoliberal nos dois movimento iniciais, amparados nos objetivos da CNDE que mobiliza o discurso dos agentes econômicos, especialmente, no nível internacional como o Banco Mundial e organizações para a cooperação e desenvolvimento econômico que vai afirmar que é importante que a educação tenha resultado e efeito na qualidade no aprendizado; porém quando falamos em educação estão embutidos o processo de ensino-aprendizado, o que é retirado, retira o protagonismo dos professores, retira as condições de oferta da escola e dizem que a educação deve que dar mais resultado com aquilo que dispõe.

Dentre as muitas ideias defendidas na CNDE, uma proposta em exclusividade que visava a qualidade da educação foi incorporada

pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024, que é a proposta do CAQ e CAQi. Ambas colocadas na CNDE como forma de expressar que a qualidade da educação vai muito além de apenas uma luta pelo direito à educação pública, inclusiva e democrática. Para CNDE é necessário que a sociedade civil participe das definições de educação dentro dos aparatos legais da lei. Dessa forma, a CNDE argumenta que a força da CAQ e CAQi está no fato de serem ideias da sociedade civil, respeitando a ideia da camada popular brasileira para as leis que regem a educação. Porém, é preciso refletir até que ponto essa proposta realmente veio da sociedade civil e até que ponto a população participou e concorda com essa ideia de qualidade de educação que se baseia apenas no financiamento rudimentar para alunos de todo o Brasil.

Para compreendermos o mecanismo de alienação da qualidade da educação vinculada ao CAQ e CAQi, vamos definir em que se baseiam as duas propostas. De acordo com a CNDE:

O CAQi é um mecanismo, criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que traduz em valores o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano em cada etapa e modalidade da educação básica pública para garantir, ao menos, um padrão mínimo de qualidade do ensino. Já o CAQ, que está sendo discutido e calculado pela rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação de forma pioneira, representa o esforço do Brasil em dar um passo além do padrão mínimo de qualidade, de forma a se aproximar dos países mais desenvolvidos do mundo em termos de financiamento da educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2018, p.15).

Assim, o CAQi é um mecanismo já usado para calcular quanto será encaminhado em valor para cada aluno, buscando garantir o mínimo de qualidade para eles; levando em consideração vários fatores, entre eles: o censo escolar do ano anterior, nível escolar e área da qual o aluno mora, zona rural ou centros urbanos possuem valor diferentes. Esses fatores justificam sua existência com base na campanha para acompanhar a desigualdade, uma vez que, aluno da zona rural necessita de mais investimento para continuar na escola do um aluno na zona urbana, a mesma coisa com alunos de acordo com nível. Segundo a CNDE (2018), calcula-se pelo CAQi, o

mínimo para manter um aluno com qualidade na escola de tempo integral no ensino médio, zona urbana é 1,32\$, já uma creche com alunos do ensino fundamental urbano tempo integral é no mínimo 5,42\$, por aluno.

Avaliando o valor calculado pelo CAQi com mínimo, perceberemos o quanto este programa limita a qualidade da educação apenas a valores totalmente longe da realidade da escolar; mesmo sendo uma defesa mínima, seguem como padrão já que se defende o valor como sendo exigência da sociedade civil a fim de ter qualidade educacional na escola. Partindo disso, devemos avaliar não o valor recebido, mas a qualidade. Enquanto a CNDE defende a qualidade apenas pela via da financeira, camuflando os grandes problemas estruturais que a escola abrange, longe de serem resolvidos apenas com um melhor investimento financeiro na escola.

Isso é reforçado quando no documento *"Quanto custa a educação pública no Brasil?"* Publicado pela CNDE em (2018) traz uma lista de formas prontas para se alcançar a qualidade, entre as necessidades para isso, salientamos:

Estabelecimento de padrões de qualidade da educação tendo como referência o CAQ em todos os níveis, etapas e modalidades, socialmente referenciados, e de mecanismos para sua efetivação, com explicitação das dimensões intra e extraescolares, socioeconômicas, socioambientais e culturais, tendo por eixo o processo educativo e a Política Nacional de Avaliação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2018, p. 72)

Ao elencar a importância da grande necessidade da implantação do CAQ como forma de garantir a qualidade, mais uma vez a CNDE reforça que o investimento supérfluo que o programa defende possa resolver todos os problemas de qualidade da educação que o Brasil vem passando hoje, como malformação, crise de aprendizagem, crise socioeconômica, socioemocionais, falta de respeito as diferenças, desvalorização dos docentes e muitos outros assuntos que dificultam a educação pública de alcançar um grau de qualidade.

Além disso, a qualidade da educação defendida nessas recomendações da campanha se pauta na qualidade educacional

baseada no rendimento escolar, tendo em vista os resultados das avaliações externas, as quais apontadas por Villas Boas (2008), não reflete o que de fato o aluno aprende. Para Saviani (2007), as avaliações externas expressam na pedagogia da competência, não contém uma definição do que seria “qualidade”, é possível verificar que a noção de qualidade expressa por Saviani (2007) se traduz em uma perspectiva mais ampla, envolvendo o ensino-aprendizagem com o conjunto de outros fatores. Ou seja, ter um bom rendimento nas avaliações externas não representa que essa educação é de qualidade, a qualidade é refletida em muitos outros aspectos como a inserção desses alunos em graus mais avançados de escolarização, o engajamento em lutas e movimento que buscam melhor forma de viver em sociedade.

Outro ponto que devemos refletir é em relação a concepção de qualidade da educação disseminado na CNDE e como ela está totalmente vinculada com a concepção de qualidade que empresas internacionais e brasileiras lançam para a educação brasileira. Esta concepção busca moldar a educação a um modelo de formação que capacite o trabalhador a se inserir no mercado de trabalho de forma conformada e alienada. Em várias passagens em documentos, podemos presenciar a imposição da CNDE ao ser comparada com o grupo empresarial “todos pela educação”, o qual se alia a grupos privados que buscam a todo custo ter o controle do rumo da escola tanto ideologicamente como financeiramente, apesar de se dizer contra. De acordo Tuão (2018), várias dessas organizações empresariais e privada investiram recursos financeiros no Projeto CAQ.

A autora Tuão (2018) segue reforçando que em 2015 o Instituto Unibanco declarou apoio à CNDE na realização da III Semana de Ação Mundial e na participação do Fórum Mundial de Educação, na Coreia do Sul. Assim, podemos declarar que o interesse financeiro e político dessas organizações está sendo incorporado nas ações da CNDE, principalmente com relação à qualidade da educação. Identificamos uma tentativa de mascarar as reais intenções da noção de qualidade da educação disposta na CNDE, mesmo não sendo um grupo de empresários a “CNDE mantém relações de “parceria” com o movimento empresarial Todos Pela Educação, mesmo não fazendo parte organicamente do mesmo”. São eles a

UNDIME, a UNCME e a Fundação ABRINQ. (TUÃO, 2018, p. 187). Mesmo se dizendo contrários ao movimento neoliberal de educação defendida por estas organizações e empresa, a mesma recebe financiamento e mantém relações estratégicas com essas organizações que defendem um projeto burguês de privatização, defesa do Estado mínimo, de uma instrução para classe trabalhadora, além da educação baseada em competência para o mercado de trabalho, buscando a desqualificação da escola.

Na prática, o discurso da CNDE se trata significar a educação que deve se desenvolver em função dos resultados, ao invés de dar-lhe condições para se desenvolver de fato. Isso significaria uma disputa pelo financiamento público, enquanto o direito de aprender está atrelado ao mercado financeiro pelo empresário; sendo que todas as instituições possuem financiamento bancário como: Itaú social, Todos pela Educação, Fundação Lamann, não são bancos, mas a riqueza de Jorge Paulo Lamann, que vem da exploração do mercado financeiro e da especulação no mercado de financiadores como 3G Capital. Esses são grupos que têm muita penetração na imprensa, mas se perde em questões de financiamento, no campo do direito à educação e acabam tendo um campo extremamente reacionário como esse que vê a educação como um entrave aos seus projetos políticos ideológicos.

Diante desse cenário, analisar o conceito de qualidade e direito à educação enfatizados através da CNDE vêm ao encontro da ideia de resultados pautados no financiamento. Esse vem carregado de um viés ideológico que busca adequar a escola a uma esfera de mercado, no qual só adianta investir se houver retorno para o capital. Precisamos ter uma escola que de fato seja para todos, todas e tod@s e que esse espaço seja um lugar de identificação a partir de uma educação que garanta uma capacidade de leitura crítica da realidade. Portanto, a educação, como diria Gramsci, é essencial para que se processe a elevação cultural das massas, condição necessária da reforma intelectual e moral das classes subalternas, com a difusão entre elas de uma nova concepção de mundo.

Segundo Mochcovitch (1985), a educação não deveria ser tratada apenas como pensam os chamados teóricos da reprodução ou um mecanismo transmissor de conhecimento e da ideologia dominante, muito menos como palco para projetos políticos internacionais

e bem específicos como vem disseminando a CNDE, camuflando por meio de seu viés democrático.

Assim, a educação deve atuar como elemento potencialmente propulsor de igualdades sociais e de reconhecimento dos direitos de cidadania (direitos civis).

Mas, nesse sentido, a concepção de qualidade de educação surgiu no confronto entre atores, entre eles a CNDE que vê a “aprendizagem” entendida principalmente pelos resultados de testes em larga escala como o principal significado de qualidade educacional e aqueles que defendem uma visão abarcante com ênfase ampliada para o processo, uma visão mais ampla das medidas de teste para olhar as condições gerais do processo, ensino e aprendizagem.

A visão de qualidade repassada na CNDE só reforça a ideia da educação com viés mercadológico, segundo Young (2007), a educação foi transformada em si num mercado (ou um semimercado), no qual as escolas são obrigadas a competir por alunos e fundos. E a escola passa a ser tratada como um tipo de agência de entregas, que deve se concentrar em resultados e prestar pouca atenção ao processo ou ao conteúdo do que é entregue, moldando o indivíduo apenas para atuar no mercado e na acumulação capitalista. E assim, a noção de qualidade se limita em requerer condições, tais como infraestrutura, tempos e espaços para desenvolvimento do processo educativo, e a educação fica à mercê das metas, tabelas e comparativos de desempenho.

Por fim, na última tese crítica marxiana, verificamos o aspecto revolucionário e crítico-prático: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (MARX, 2007, p. 535). Do ponto de vista dos interesses essenciais dos trabalhadores, há a necessidade de um ensino conscientemente organizado de modo a possibilitar, dentro das condições e circunstâncias concretas, a transmissão e apropriação das objetivações intelectuais científicas, artísticas e filosóficas mais desenvolvidas por a humanidade ao longo da história (SAVIANI, 2011; DUARTE, 2016).

Em nosso entendimento, a educação da classe trabalhadora requer também a luta por uma sociedade que não tenha detentores privados dos meios de produção. Portanto, a síntese da educação no marxismo visa que ela deve ser mantida pelo Estado, mas não confiada ao Estado. E, portanto, sendo a classe trabalhadora

responsável por tomar em suas mãos a própria construção da sua instrução; assim a educação da classe trabalhadora não seria algo idealizado, em moldes do dever ser, mas uma educação da classe e para a classe. E nesse sentido, a educação no viés da Campanha está cada vez mais distante dessa realidade e mais atrelada ao conceito de mundo burguês, favorecendo um conjunto de estratégias que permeiam a sociabilidade do capital e a reprodução capitalista ampliada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, nos dedicamos a tentar compreender a natureza da CNDE e o papel que desenvolveu na construção da política pública brasileira, assim como sua concepção sobre qualidade da educação. Concluímos, em linhas gerais, que a CNDE busca atender a meta de universalização da concepção de mundo da classe burguesa, mediante um conjunto de ações em prol de disseminar uma cultura única, baseada na acumulação e reprodução capitalista. Assim sendo, no ajuste a sociabilidade do capital em crise, a CNDE acaba cumprindo a missão de recomendar às parcerias públicas-privadas às políticas educacionais implementadas.

Constatamos, na esteira de Meszáros, que o forte apelo econômico e mercadológico está impresso nas diretrizes recomendadas pelos organismos internacionais aos países pobres. A CNDE ao defender as parcerias empresariais na educação pública, legitima a redução e racionalização dos gastos públicos para a educação pública, com expresse estímulo à iniciativa privada.

Atualmente, a pandemia Covid-19 escancarou antigos problemas estruturais no Brasil, acentuando, sobremaneira, as desigualdades socioeconômicas com severos desdobramentos no âmbito educacional. Historicamente, a educação brasileira é fundada no dualismo, em que a classe trabalhadora é penalizada em todos os níveis educacionais, trazendo-os prejuízos sem precedentes a sua formação humana. Desse modo, a prioridade pela educação básica ou técnica à classe trabalhadora revela todo o monitoramento do projeto burguês de uma educação limitada e sem perspectiva emancipatória.

Asseveramos que a crise do capital e humanitária, associados ao ideário neoliberal conservador, reduziu ou negou a ciência e as políticas socioeducacionais para as classes desfavorecidas. Denunciamos, portanto, que a noção da qualidade de educação pautada na Campanha ainda se baseia na responsabilização (*accountability*) apresentada por avaliações externas, da qual comprovadamente não reflete as necessidades da qualidade da educação pública direcionada à classe trabalhadora. Dito de outro modo, a qualidade do complexo da educação requisita de uma sistemática e progressivo financiamento em prol de uma educação plena e digna para a classe que produz riquezas.

Por fim, afirmamos que a CNDE expressa força política e notoriedade na construção das políticas públicas educacionais, embora conteste a falta de qualidade na educação pública brasileira, não consegue se contrapor a concepção empresarial imposta e articulada as recomendações dos organismos internacionais que, sobremaneira, ajusta à formação da classe trabalhadora aos interesses do mercado de trabalho; imprimindo as noções de competências, flexibilidade, consenso e adaptação à lógica mercadológica e concorrencial do capital em crise estrutural e humanitária.

## REFERÊNCIAS

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Quem somos?** Disponível em: Acesso em: 29 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. **Página inicial.** Disponível em: <<https://campanha.org.br/quem-somos/a-campanha/>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. Quanto custa a qualidade da educação pública no Brasil? 2018. Ed. São Paulo. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/11-06-2018-11-55-quanto-custa-a-educacao-publica-de-qualidade-no-brasil>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Quem somos?** Disponível em: <<https://campanha.org.br/quem-somos/a-campanha/>>. Acesso em: 29 de junho. 2022.

CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. **Crise estrutural, imperialismo e destrutividade do sistema:** projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital na agenda 2015-2030. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, FACED-UFC, Fortaleza, 2019.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus. 2022.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

DUARTE, C. E. Avaliação Da Aprendizagem Escolar: Como Os Professores Estão Praticando A Avaliação Na Escola. **HOLOS**, [S. l.], v. 8, p. 53-67, 2016.

IBGE. **Desemprego.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 12 julho de 2022.

LESSA, Sérgio. **Da contestação à rendição.** In: BERTOLDO, Edna et al (org.) Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução. São Paulo, Instituto Lukács, p. 29-5, 2012.

LEHER, Roberto; MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza.** 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão. São Paulo: Boitempo: 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Educação, Estado E Cidadania:** Uma Reflexão Sobre A Realidade Atual Do Sistema Educacional Brasileiro. 1985. 257 f. (Dissertação Mestre em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (Org). A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980- 2013). – Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011.

\_\_\_\_\_. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007.

TUÃO, Renata Spadetti. **A campanha nacional pelo direito à educação**: determinantes sócio-históricos do projeto de concertação nacional. 2018. 291 f. Dissertação (Mestre em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

\_\_\_\_\_. A Campanha Nacional pelo Direito à educação no Brasil: fundamentos do projeto de concertação nacional. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. 2017. **Anais eletrônicos**. Brasília, UNB. Disponível em:< [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502763687\\_ARQUIVO\\_RENATA\\_SPADETTI\\_TUAO\\_ST\\_037.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502763687_ARQUIVO_RENATA_SPADETTI_TUAO_ST_037.pdf) >. Acesso em janeiro 2022.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas: Papyrus, 2008.

YOUNG, Michael. PARA QUE SERVEM AS ESCOLAS? **Educ. Soc., Campinas**, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007.